

GAZETA MERCANTIL

Terça-feira, 23 de julho de 1985

Um discurso afirmativo do presidente Sarney

O discurso que o presidente José Sarney fez à Nação ontem à noite representa um novo alento aos brasileiros. É ponderado, positivo, realista e esperançoso.

Seu projeto de cinco pontos sintetiza, no poder, aquilo que o povo brasileiro vem buscando com paciência e resignação: ele quer ampliar os horizontes da liberdade, retomar o desenvolvimento econômico, fazer uma clara opção social pelos pobres, resgatar e preservar a identidade cultural do povo brasileiro e salvaguardar a soberania e a independência do Brasil.

No campo econômico, o discurso presidencial deve fornecer argumentos para quantos acham, como nós, que o País não conseguirá sair da crise em que se encontra pela via cruel da reiterada recessão. Pondera o presidente, contudo, que a economia somente poderá voltar a crescer em bases definitivas se forem restabelecidos "a confiança e o estímulo da iniciativa privada, que deve ser o carro-chefe do desenvolvimento".

Faz uma apologia do crescimento do mercado interno, senão

explicitamente contrário à ênfase com que muitos se dedicam à especulação financeira.

O presidente promete reduzir a interferência do Estado na economia, abrindo com isso o espaço que os setores privados da economia precisam para "recuperar sua criatividade e assumir riscos, sendo remunerados com o lucro, quando houver sucesso, e arcar com os prejuízos do malogro". E promete reduzir tanto o arbítrio quanto o paternalismo oficial.

Mas é para as questões vinculadas à desenvoltura do setor público que estão destinadas as maiores promessas — e quase certamente as mais difíceis de serem cumpridas. Sarney está convencido de que, para conter os gastos públicos, deverá ser feita uma consolidação orçamentária em cujas rubricas estejam definidos "todas as despesas e subsídios a cargo do Tesouro". Ele quer também que se faça o saneamento financeiro das estatais, com o objetivo de que "não transfiram ao setor privado suas tarifas abusivas". E pretende o fechamento e

a privatização de empresas públicas ineficientes, restando ao setor público as empresas estatais indispensáveis ao cumprimento de seu papel.

Do conjunto de medidas de austeridade que se antevê para o setor público desponta uma consequência que é o corolário do raciocínio presidencial: "Criar condições para a queda sustentável das taxas de juros reais, que hoje asfixiam o empresário nacional".

O presidente está convencido de que os resultados dessas medidas permitem a retomada do crescimento sem inflação, com o recuo do Estado e a correspondente ampliação do espaço de atuação da iniciativa privada.

Assim como o presidente Tancredo Neves já tocara nas feridas em seus planos de governo, o presidente Sarney minudencia os pontos — os mesmos, aliás — nos quais se deve concentrar a terapia oficial. Ele procura armar um recuo organizado do Estado que permita às empresas e ao cidadão respirar um pouco mais aliviados. Com isso se estarão criando

as condições para a ampliação das liberdades constitucionais, que devem ser a meta suprema de qualquer governo em um país com as características do nosso, convalescente de uma sucessão de regimes fortes.

Apenas com esse conjunto armado de medidas e com a redenção do orgulho nacional poderá o Brasil resgatar plenamente sua soberania nacional. Esta, tida por muitos autoritários como a faculdade pura e simples de pôr e dispor os poderes nacionais, é, antes de mais nada, configurada pela salvaguarda da liberdade e do bem-estar dos cidadãos. Ao tomar os caminhos a que se propôs, o presidente Sarney começa a criar as bases para, soberanamente, começar a negociar com os credores do Brasil a partir de um novo ponto, em que a legitimidade do governante e o seu supremo mandato, que é o de intérprete maior da vontade nacional, sejam plenamente respeitados em todos os fóruns e em todas as instâncias com que o País terá de se haver na dura gestão de sua dívida externa.